

# O ESCRAVO NEGRO NOS PRIMEIROS ESCRITOS COLONIAIS (1551-1627)

*Raimundo Agnelo Soares Pessoa*<sup>1</sup>

Tentar achar regularidades discursivas para todo o período colonial brasileiro pode ser tarefa vã. Contudo, é possível perceber facilmente que, em determinados momentos do referido período, certos padrões discursivos foram recorrentes. Mas é preciso não apressar as inferências, pois, na prática, a questão não se mostra de forma tão direta e simples assim.

As questões centrais acerca da escravidão negra na América Portuguesa são razoavelmente bem conhecidas. Todos já ouviram falar, por exemplo, dos castigos físicos, das formações quilombolas, dos suicídios, dos filicídios etc.; em suma, do teor violento e paradoxal da escravidão negra. Os letrados do período colonial, em especial os clérigos, a partir da segunda metade do século XVII, não mediram esforços em prol de “educar” os senhores de escravos para que dispensassem um tratamento mais “humanizado e cristão” aos de guiné. O que nem todos sabem é que no primeiro século de colonização efetiva do Brasil, de acordo com os escritos conhecidos, o discurso predominante foi diametralmente oposto ao dos séculos posteriores. Mesmo mentes tidas como mais arejadas, como é o caso do padre Antonio Vieira, disseram muito pouco acerca da escravidão negra. O objetivo deste texto é mostrar, mesmo que não exaustivamente, o tratamento “natural” dispensado ao homem africano na América Portuguesa nos primeiros tempos de colonização. Abordaremos aqui somente esse primeiro momento. Limitar-nos-emos assim, aos primeiros setenta ou oitenta anos da chamada ocupação efetiva das possessões portuguesas na América (1551-1627). Ao longo desse período, o negro regularmente apareceu como elemento figurante na trama da escravidão na América Meridional, trama, cujo papel principal, foi ocupado pelas verdadeiras *grandezas do Brasil*: a terra e o índio.

Assim, tomando como referência o discurso sobre a escravidão negra é facilmente perceptível que, no século XVI e primeiras décadas do XVII, os escritos coloniais pouco se referiram ao negro<sup>2</sup>. E sua complexidade era qualitativamente pobre. As discussões aí existentes não ultrapassavam a simples constatação de que o homem africano era apenas mais um tipo humano na América Portuguesa, em muitos casos um personagem secundário em relação às verdadeiras *grandezas do Brasil*. Tal situação, no entanto, começou a mudar substancialmente ainda nas

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Franca).

<sup>2</sup> A data do primeiro texto que trata da escravidão negra de forma mais aprofundada é o Sermão XIV, da série Rosa Mística, do Pe. Antônio Vieira, S.J. Foi pregado a uma Irmandade de pretos na Bahia, em 1633.

primeiras décadas do século XVII, momento a partir do qual assistimos ao aparecimento dos primeiros textos inteiramente dedicados à escravidão negra.

A referência à escravidão negra sempre foi recorrente nos textos coloniais, quer sejam esses leigos ou religiosos. Entretanto, como é sabido, isso não diz tudo. Em qualquer estudo comparativo que tenha como objeto, por exemplo, o gentio, em contraposição ao africano, nos primeiros escritos coloniais, será percebido de imediato que ao homem imigrado compulsoriamente deu-se pouquíssima importância, diferentemente do gentio que foi analisado em todos os aspectos de sua existência - do moral ao material. O homem africano aparece nesse discurso com características bastante precisas, as quais podem ser enquadradas, de modo geral, em três categorias distintas: pelo aspecto exótico; pelo aspecto quantitativo, isto é, o quanto em mão-de-obra negra, ou simplesmente como parte dos cabedais necessários para os homens brancos que se aventuravam na empreitada colonizadora da América.

### **Os primeiros letrados e seus escritos**

Tomando como parâmetro de apreciação a ordem cronológica dos autores e produção dos seus respectivos textos, o primeiro a ser relatado aqui é o Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570). Este inaciano, nascido em 1517, desembarcou no Brasil em 1549, com o grupo dos primeiros jesuítas que aqui aportaram em companhia do governador-geral Tomé de Sousa. Por estas terras viveu 21 anos, falecendo em 1570 no Rio de Janeiro. O resto de sua biografia e sua obra escrita e missionária dispensa comentários e apresentações. Cabe somente especificar quais escritos do jesuíta serão utilizados neste texto. Lançaremos mão de cinco epístolas - comunicações oficiais das atividades dos jesuítas para com seus superiores na Europa, especialmente na Itália e em Portugal -, datadas de 1551, 1552, 1557 e 1559.

O segundo inaciano de que nos ocuparemos é o Pe. Antônio Pires, S.J. (1519-1572). Esse jesuíta nasceu em torno de 1519, natural de Castelo Branco (Portugal), entrou, já padre, para a Companhia de Jesus em 1548, e pertenceu também ao grupo dos primeiros jesuítas que aqui chegaram em 1549. Ocupou alguns cargos importantes na Companhia de Jesus, entre eles, Superior e Visitador de Pernambuco. E por aqui viveu o resto de sua vida - Pires morreu na Bahia em março de 1572<sup>3</sup>. Desse letrado, utilizar-se-á uma carta datada de 1552, enviada para os seus irmãos de Companhia em Lisboa.

Após a apresentação de dois jesuítas, façamos uma pequena pausa nos letrados inacianos e passemos àquele que já foi considerado como precursor da historiografia brasileira: Pero de Magalhães Gândavo<sup>4</sup>. E aqui começam as agruras de quem se mete a pesquisar os primeiros tempos da América Portuguesa, a saber: a falta de fontes ou, como no caso de Gândavo, a incerteza ou a escassez de dados acerca

---

<sup>3</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950, Tomo IX, p. 58.

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil - 1ª parte: Historiografia colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 267-268.

de uma determinada fonte. A seu respeito, pouco se sabe. Apenas que era português, natural de Braga e, ao que tudo indica, foi nomeado para o cargo de provedor da fazenda de Salvador, na Bahia de Todos os Santos, por um período de seis anos, por volta de 1576. Dessa estadia na América Portuguesa, Gândavo aproveitou e colheu informações suficientes para escrever um livro, cuja redação final, provavelmente, ocorreu em Portugal quando de seu regresso do Brasil. Não menos mistérios cercam os seus escritos. Pois, como salienta José Honório Rodrigues, até recentemente se pensava que Gândavo havia escrito duas obras distintas: o *Tratado da terra de Santa Cruz*<sup>5</sup> e *História da Província de Santa Cruz*. Entretanto, ainda de acordo com Rodrigues, e considerando “o melhor estudo”<sup>6</sup>, feito pelo filólogo Emmanuel Pereira Filho, a *História da Província de Santa Cruz* é, na verdade, a redação definitiva das duas versões refundidas e ampliadas do *Tratado*.

Desvendado, em parte, os mistérios dos textos, ou melhor, do texto de Gândavo, se assim podemos dizer, apresentemos, em linhas gerais, o conteúdo do seu escrito. O texto começa relatando o descobrimento da terra de Santa Cruz, em seguida nomeia os primeiros donatários, disserta sobre a fauna e a flora local - se não de forma exaustiva, ao menos substancial -, descreve os hábitos e costumes dos moradores, em especial do gentio, e termina exaltando as grandezas econômicas e naturais da terra<sup>7</sup>.

Retornando às descrições acerca dos inacianos, é chegado o momento de apontar a contribuição do Pe. Fernão Cardim, S.J. (1550-1625). Esse jesuíta nasceu em 1550, entrou para Companhia de Jesus com 16 anos, em 1566, e chegou ao Brasil em 1583, por aqui viveu 42 anos - morreu em janeiro de 1625, na Bahia. Cardim ocupou vários cargos importantes na Companhia de Jesus, dentre os quais se destacam o de Reitor do Colégio Baiano, por duas vezes, e de Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, além de Provincial, cargo mais alto existente na Companhia na América Portuguesa<sup>8</sup>. Para a história dos primeiros tempos da América Portuguesa contribuiu, o sacerdote, com três textos: *Do clima e terra do Brasil*; *Do princípio e origem dos índios*; e *Informação da missão do P. Cristóvão de Gouvêa às partes do Brasil, ano de 83 [1583] ou Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. As três obras, apesar de pertencerem ao mesmo letrado e lembrarem muito as partes de um único livro, foram originalmente produzidas isoladas, e somente em 1925, reunidas em uma única edição, como o título de *Tratados da terra e gente do Brasil*.

Tomando como referência o conteúdo dessa obra, se assim podemos descrevê-la, ela apresenta a seguinte estrutura: em *Do clima e terra do Brasil*, Cardim aborda os aspectos físicos do Brasil (clima, terra, fauna e flora), descrição, aliás, razoavelmente acurada; *Do princípio e origem dos índios* traz um relato *etnográfico*

---

<sup>5</sup> O tratado circulou em Portugal em duas versões: uma dedicada à Rainha D. Catarina e outra dedicada a um certo cardeal Infante D. Henrique.

<sup>6</sup> RODRIGUES, *História da história...*, p. 429.

<sup>7</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. In: *Cadernos de História*. São Paulo: Parma, 1979; RODRIGUES, 1979, p. 431.

<sup>8</sup> CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925; RODRIGUES, *História da história...*, p. 265. LEITE, *História da Companhia...*, Tomo VII, p. 4-7.

dos costumes do gentio; *Narrativa epistolar* é, entre os três textos, o que mais nos interessa, pois é nele que está contida a descrição de uma missão jesuítica a algumas das províncias do Brasil (Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, etc.). Aí aparecem informações interessantes a respeito das capitanias, a começar pela descrição minuciosa do mundo dos engenhos de açúcar em Pernambuco e na Bahia - relato que inclusive chega a quantificar alguns aspectos desse universo. Cardim descreve, ainda, aspectos dos costumes locais, assim, em “*muito contribuiu para o estudo da história social das primeiras épocas*”<sup>9</sup>.

Depois dessas rápidas linhas sobre o Pe. Fernão Cardim, é a vez de tecermos alguns comentários a respeito do *novo taumaturgo do Brasil*, José de Anchieta, S.J. (1534-1597). Nascido em 1534, nas Canárias, com ascendência espanhola, entrou para a Companhia de Jesus aos 17 anos de idade. Em 1553, chegou ao Brasil e por aqui viveu o resto de sua vida, morrendo em junho de 1597; depois de 44 anos habitando na terra dos papagaios. Anchieta ocupou os principais cargos da Companhia no Brasil, além disso, foi professor, poeta, dramaturgo, epistológrafo e enfermeiro. Assim como Manoel da Nóbrega, Anchieta também apresenta-se por si só, é notória a sua biografia e obra missionária no Brasil. Dos escritos do famoso jesuíta, interessa-nos aqui: a) *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, em que o inaciano descreve a vida inicial e primitiva do Brasil, fixando vários aspectos dos primeiros contatos entre portugueses e índios, além de trazer excelentes informações sobre o trabalho missionário, e apresenta ainda um relato dos primeiros engenhos de açúcar e seu desenvolvimento no Brasil. b) *Informações do Brasil e de suas capitanias*<sup>10</sup>, documento precioso que:

*Descreve o estado das capitanias, com os governadores e capitães-mores, bispados e prelados, a primeira entrada dos franceses no Brasil, dá notícia dos frades que, antes e depois da Companhia de Jesus, vieram ao Brasil, e das ocupações e trabalhos dos jesuítas. Trata também minuciosamente das freguesias e engenhos de açúcar existentes nas capitanias de Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, S. Vicente, etc., dos colégios da Companhia e de seus reitores, das relíquias e indulgências, dos costumes dos brasis, dos impedimentos para sua conversão e, depois de convertidos, para seu aproveitamento nos costumes da vida cristã.*<sup>11</sup>

Gabriel Soares de Sousa (?-1591) foi outro letrado leigo que deixou suas impressões acerca do Brasil. E novamente, assim como no caso de Gândavo, as lacunas de informações básicas são inegáveis. A respeito da vida pregressa de Sousa até sua instalação na América Portuguesa, não há um só dado que seja consistente. Assim sendo, diante desse quadro de silêncio biográfico, só nos resta

---

<sup>9</sup> RODRIGUES, *História da história...*, p. 267.

<sup>10</sup> Segundo José Honório Rodrigues a edição da Academia Brasileira de Letras atribuiu erroneamente a autoria a José de Anchieta, de acordo com ele, coube a Serafim Leite demonstrar “*cabalmente que seu autor*” é outro jesuíta, o padre Fernão Cardim. RODRIGUES, *História da história...*, p. 258-261.

<sup>11</sup> RODRIGUES, *História da história...*, p. 261.

registrar o pouco que se sabe até o momento sobre esse letrado. Natural de Portugal, chegou ao Brasil ao redor de 1569. Por aqui, construiu uma pequena fortuna como senhor de engenho e outros cabedais. Contudo, depois de dezessete anos de estadia no Brasil, Sousa, em decorrência de uma herança deixada por seu irmão, o sertanista João Coelho de Sousa<sup>12</sup>, regressou à Europa dirigindo-se à Coroa espanhola<sup>13</sup> em busca de concessões e privilégios para exploração das tais minas. Assim, certo de suas idéias e com as licenças em mãos, Sousa, em 1591, embarcou para o Brasil com o intuito de realizar sua empreitada. Porém, na primeira e única expedição exploradora que veio a organizar, malogrou completamente, malogro, aliás, que custou a sua própria vida. Mas o seu lugar como letrado no *rol* dos primeiros escritos coloniais já estava garantido, pois, durante os dezessete anos de sua primeira estadia no Brasil, esboçou - já que a redação final ocorreu na Europa - o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*<sup>14</sup>.

O texto de Sousa está dividido em duas partes. Na primeira delas, o letrado aborda o descobrimento do Brasil, descreve a topografia de todo o litoral e a luta dos desbravadores para povoar as capitanias. É conveniente ressaltar ainda que, entremeada nessa narrativa dos temas apontados aparece também uma descrição dos costumes do gentio. Na segunda parte, dedica-se às grandezas da província da Bahia, nessa, o letrado descreve a província em todos os seus principais aspectos: topografia, fauna, flora, gentio e economia. O *Tratado* termina dissertando sobre os metais e pedras preciosas do sertão e acerca das conveniências de sua exploração; encerramento, diga-se de passagem, bastante sugestivo, se tivermos em mente o motivo pelo qual o letrado voltou à Europa - os tais privilégios. Mas deixemos Sousa e seus privilégios, e passemos a um outro letrado leigo, Ambrósio Fernandes Brandão.

Esse letrado, do ponto de vista biográfico, também está cercado de mistérios, pois, a seu respeito, pouquíssimas coisas se sabe, somente que era português e cristão-novo, radicou-se em Pernambuco e que ali se tornou senhor de engenho. O surpreendente em relação aos dados biográficos de Brandão é que, mesmo essas poucas informações poderão vir a desmoronar-se, pois esses pouquíssimos dados estão cercados de interrogações<sup>15</sup>. Resumindo, há dúvida a respeito da própria autoria dos *Diálogos das grandezas*, como também, se o Ambrósio Fernandes Brandão, a quem se tem atribuído à autoria dos *Diálogos*, seja o mesmo Ambrósio Brandão, cristão-novo e senhor de engenho em Pernambuco. Entretanto, o estudo de crítica de atribuição, ou a falta deste, como no caso de Gândavo, não é determinante, pois o que nos interessa como os escritos mencionados é encontrar uma regularidade discursiva e, nesse aspecto, a autoria em si - problema, inclusive,

---

<sup>12</sup> Um *roteiro das minas*, acompanhado de amostras de ouro, prata e pedrarias.

<sup>13</sup> Note que naquela época o reino de Portugal estava anexado ao de Espanha, em decorrência da morte do monarca português (União Ibérica: 1580-1640).

<sup>14</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1971; RODRIGUES, *História da história...*, p. 433-435.

<sup>15</sup> RODRIGUES, 1979, p. 371-76.

estranho à época de Brandão -, pouco ou nenhuma contribuição pode nos dar<sup>16</sup>. Assim, se tais lacunas não invalidam a fonte e não comprometem o andamento da discussão, resta, então, mesmo que em linhas gerais, dizer de que trata os *Diálogos das Grandezas*.

Esse livro de 1618 é composto de seis diálogos entre Alvino e Brandônio, o primeiro personagem, imigrado há pouco para a América Portuguesa, é ignorante e desafeitado de suas coisas; o segundo, Brandônio, é conhecedor e entusiasta da colônia - Brandônio, provavelmente, dava voz ao compositor da obra<sup>17</sup>.

O primeiro diálogo é uma espécie de introdução geral às riquezas da terra, à sua fertilidade e às suas potencialidades; em seguida, ainda nesse primeiro diálogo, há uma descrição de cada uma das capitanias da época. Na segunda seção, diálogo dois, Ambrósio Brandão aborda as condições climáticas do Brasil e a adaptação do homem autóctone a esse meio. O terceiro, descreve as riquezas econômicas da terra, nomeadamente o açúcar e as outras atividades ligadas à produção açucareira. No quarto e quinto diálogos, surge uma discussão acerca dos nomes dos elementos que compunham a fauna e a flora da América Portuguesa. O sexto e último diálogo ocupa-se dos costumes e hábitos dos moradores, em especial dos gentios<sup>18</sup>.

Até aqui havíamos discorrido somente sobre os “letrados europeus”, todavia, a terra também tem seu representante: Frei Vicente do Salvador, O.F.M. (1564-1636-9?), o último dos letrados desse grupo, e o único *brasileiro* entre os escritores arrolados. Esse franciscano, nascido na Bahia em 1564, era filho de lavrador de engenhos de açúcar e formado em teologia pela Universidade de Coimbra. No Brasil, ocupou alguns cargos burocráticos na sua Ordem e cumpriu às vezes de missionário de índios na Paraíba, em Olinda, na Bahia e no Rio de Janeiro. Entre 1636 e 1639, não se sabe ao certo, deixou a causa evangélica terrena, atendendo ao chamado do Superior.

Frei Vicente do Salvador legou-nos, como observou José Honório Rodrigues, “*um dos livros mais saborosos do Brasil seiscentista*”<sup>19</sup>. A *História do Brasil*, finalizada em 1627, de estilo simples e sem artifícios, está dividida em cinco partes (livros). Primeiramente, no livro um, Frei Vicente descreve o descobrimento do Brasil, seu clima, sua fauna, sua flora e os costumes do gentio. No segundo livro aborda o regime das donatarias e seus donatários. E nos três livros restantes faz uma história centrada nos personagens centrais da burocracia governamental, em especial nos governadores-gerais. Intercaladas a essa história oficiosa, aparece o relato dos costumes dos moradores do Brasil, que certamente é uma das mais interessantes contribuições da *História do Brasil*.

---

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994.

<sup>17</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, 1943. RODRIGUES, *História da história...*, p. 371-73.

<sup>18</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*; RODRIGUES, *História da história...*, p. 371.

<sup>19</sup> RODRIGUES, *História da história...*, p. 490.

## **O elemento negro no discurso sobre a escravidão**

O homem africano, como mencionado, aparece regularmente nos escritos dos primeiros tempos coloniais. Todavia, é sempre bom lembrar que este nunca é o núcleo do tema discutido. Mesmo assim, partindo-se das referências ao homem africano nos textos referidos, é perfeitamente possível demarcar e mapear sua presença, tomando como ponto de partida a regularidade de sua aparição e as circunstâncias das menções específicas. Para executar tal tarefa, isolaremos as circunstâncias em que o negro aparece, no que denominamos de *cortes temáticos*, os quais, como quaisquer outros desse tipo, são arbitrários e somente se sustentam na idéia de que esses escritos, mesmo pertencendo a letrados distintos, são passíveis de ser agrupados numa série em virtude de certas regularidades enunciativas - mesma maneira de abordar o objeto, de definir os conceitos, de escolher os temas.<sup>20</sup>

Desse modo, guiado por tal sistemática, elegemos alguns eixos de menções. O primeiro deles de que nos ocuparemos é o denominado *auxílio régio lusitano à causa evangélica na América portuguesa*. Em torno desse eixo, contabilizamos quatro referências ao africano nos escritos aqui em análise<sup>21</sup>. A primeira dessas aparições está numa carta do Pe. Manuel da Nóbrega dirigida a D. João III, Rei de Portugal, datada de 14 de setembro de 1551 (Olinda - PE). Nessa carta, Nóbrega aconselha o monarca português das conveniências de se investir na infra-estrutura das acomodações dos religiosos para um melhor desempenho da causa evangélica:

*E mande ao governador [Tomé de Sousa] que faça cassas para os meninos, porque as que tem sam feitas por nosas mãos e são de pouque dura, e mande dar alguns escravos de G[u]iné hà cassa pera fazerem mantimentos, porque a terra hé tam fértil, que facilmente se manteram e vestirão muitos meninos, se tiverem alguns escravos que fação roças de mantimentos e algodoais.*<sup>22</sup>

Em outra carta, enviada da Bahia em julho de 1552, o Padre Manuel da Nóbrega comunicava ao Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, as conveniências de El-Rei favorecer a Companhia de Jesus com certas ajudas:

*Se El-Rei favorecer este e lhe fizer igreja e cassas, e mandar os escravos que digo (e me dizem que mandão mais escravos a esta terra, de Guiné; se assi for podia logo vir provisão pera mais tres meses ou quatro alem dos que a case tem).*<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>21</sup> De forma alguma essa contabilização das ocorrências tem o intuito de ser exaustiva. Ela é tão somente um indicativo de tendências, e tem como intuito mapear, nos escritos selecionados, as discussões em torno dos negros.

<sup>22</sup> NÓBREGA, Manuel da. Cartas. In: LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. Lisboa: Tip. Atlântida, 1956-58, Tomo I, p. 293.

<sup>23</sup> NÓBREGA, Cartas, p. 123.

Um mês depois, em fins de agosto de 1552, em outra carta, Nóbrega comunicava novamente a Simão Rodrigues como se daria a utilização da mão-de-obra escrava, *dos de Guiné*, pelos padres da Companhia de Jesus, bem como o seu tempo de duração: “*depois que vierão os escravos d’El-Rei, de Guiné a esta terra, tomarão os Padres fiados por dous annos tres escravos, dando fiadores a isso*”<sup>24</sup>.

Cinco anos mais tarde, era ainda novamente Nóbrega quem, numa carta enviada da Bahia, em setembro de 1557, ao então Provincial de Portugal, padre Miguel de Torres, recomendava, com a mesma desenvoltura com que pedia favores a EL-Rei, o aviamento de certas regalias para melhor atuação da Companhia de Jesus no Brasil. E lá estava entre as regalias, o negro de Guiné:

*[...] digo que se aceite tudo ata [até?] palhas; e digo que se S.A. nos quisesse mandar dar huma boa dada de terras, onde aynda não for dado, com alguns escravos de Guiné, que fação mantimentos para esta Casa e criem criações, e asy pera andarem em hum barquo pescando e buscando o necessário, seria muyto acertado.*<sup>25</sup>

Ainda nessa mesma carta, o padre Nóbrega, justificando o motivo da preferência pelos de Guiné, proferiu que: “[os] escravos da terra não nos parece bem tê-los por alguns inconvenientes. Destes escravos de Guiné manda ele trazer muytos à terra”<sup>26</sup>. Dezenove anos mais tarde, em 1575, Pero de Magalhães Gândavo, discorrendo sobre a província da Bahia, ressaltaria, em certa medida, esse mesmo aspecto dos inconvenientes dos escravos da terra: “*e assi ha tambem muitos escravos de Guiné: estes são mais seguros que os índios da terra porque nunca fogem nem têm pera onde*”<sup>27</sup>.

O negro figurou também - e esse é o segundo lugar de menções que isolamos - nas descrições das *ações missionárias na América Portuguesa*. Principiamos os relatos desse lugar pelo texto, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de 1583, do padre Fernão Cardim. O jesuíta, ao descrever as diligências do Visitador da Companhia de Jesus à Bahia, dá-nos uma pista de como o negro era visto. Diz o padre que dentre outras atividades desempenhadas pelo Provincial, este “*fez fazer um compendio das principais dúvidas que por ca ocorrem, principalmente nos casamentos e baptismos dos índios e escravos de Guiné*”<sup>28</sup>. As considerações de Cardim não pararam por aí, relatando o sucesso de suas próprias atividades missionárias e dos seus irmãos de ordem na Bahia, asseverou os seguintes dizeres acerca do escravo negro: “[n]os dias de pregação e festas de ordinário havia muitas confissões e comunhões, e por todas chegariam a duzentas, afora as que fazia um padre, língua de escravos de Guiné, e de índios da terra”<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> NÓBREGA, Cartas, p. 403.

<sup>25</sup> NÓBREGA, Cartas, p. 267.

<sup>26</sup> NÓBREGA, Cartas, p. 267.

<sup>27</sup> GÂNDAVO, *Diálogos...*, p. 82.

<sup>28</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 300.

<sup>29</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 319.



No mesmo tom de sucesso e graça das ações missionárias da Bahia, o padre Cardim relata também as atividades desenvolvidas pela a Companhia na Capitania de Pernambuco, onde, de acordo com o jesuíta, “*dia havia em que comungavam algumas trintas pessoas, afora o grande fructo que um padre língua fazia com os índios e escravos de Guiné*”<sup>30</sup>. Além, é claro, do grande êxito das missões, em que se fez “*grande fructo, baptizaram-se muitos índios e escravos de Guiné, e muitos casaram em lei de graça*”<sup>31</sup>, e do pólo disseminador da graça, que era o *collegio*, onde os padres ensinam “*ler e escrever, pregam, confessam, e com os índios, e negros de Guiné se faz muito fructo*”<sup>32</sup>.

Ainda no *rol* de escritos e letrados jesuíticos, quem nos legou alguns relatos acerca do escravo africano na América Portuguesa foi o padre José de Anchieta. Esse inaciano, referindo-se às missões, asseverou que: “*o método que se adota nestas [...] é, ensinar e explicar a doutrina cristã aos Índios e Africanos reunidos em um lugar*”<sup>33</sup>. Todavia, para além da didática organizativa das missões, Anchieta ainda escreveu que “*contínuas excursões se fazem aos engenhos de assucar*”<sup>34</sup>, e o motivo é porque nesses, prossegue o jesuíta, “*encerram grande quantidade de Africanos*”<sup>35</sup>.

Um outro lugar de menções - o terceiro - aliás, com várias citações ao negro é aquele que descreve os *hábitos e costumes dos indígenas da América Portuguesa*. Ao todo, catalogamos cinco referências acerca do homem africano. O primeiro relato examinado aqui está numa carta do padre Manuel da Nóbrega, enviada da Bahia, em julho de 1559, ao Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa. O fragmento em questão, versa sobre as famosas revoltas indígenas:

*Os de Tapariqua obedecerão, mas os do Paraçu muytos deles não quizerão paz nem dar os escravos, antes tomarão de Pero Gonçalvez, de S. Thomé, com ferramenta que levava, e os negros de Guiné fugirão e esconderão-se pelos matos, e por isso escaparão. Depois sendo requeridos com paz e com restituirem o barquo e os escravos.*<sup>36</sup>

Nessa mesma carta, em outra passagem, Nóbrega discorre a respeito de um acordo entre os reinóis e os índios pacificados, no qual estes ofereciam ajuda à captura de um grupo de índios bravos, acusados de assaltarem a roça de um certo André Gavião: “*onde estavam oito negros de Guiné, doentes e tristes*”<sup>37</sup>. Os índios pacificados se prontificaram a auxiliar na emboscada ao gentio bravo na roça de

---

<sup>30</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 330.

<sup>31</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 330.

<sup>32</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 335.

<sup>33</sup> ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 399.

<sup>34</sup> ANCHIETA, *Cartas...*, p. 402.

<sup>35</sup> ANCHIETA, *Cartas...*, p. 402.

<sup>36</sup> NÓBREGA, *Cartas*, p. 95.

<sup>37</sup> NÓBREGA, *Cartas*, p. 101.

André Galvão, e dessa empreitada resultou algumas dezenas de mortos, incluindo-se aí “os oito negros de Guiné”<sup>38</sup>.

Ao relatar um dos hábitos dos tupinambás da Bahia, Gabriel Soares de Sousa disse que esses ameríndios usam de muitos artifícios para se fazerem feios e bizarros. A passagem que faz alusão ao negro é esta: “*para se fazerem mais feios se tingem todos de jenipapo, que parecem negros de Guiné*”<sup>39</sup>. Essa mesma constatação também aparece na *Historia do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. Ao mencionar as festividades das mulheres índias, também na Bahia, disse o Frei: “*nas festas se tingem todas de jenipapo, de modo que, se não é no cabelo, parecem negras de Guiné*”<sup>40</sup>.

Uma vez mostrados, mesmo que em linhas gerais, os hábitos e costumes dos indígenas da América Portuguesa, passemos, então, ao quarto lugar de menções: a *defesa interna e externa das possessões portuguesas na América*. Começamos pelos relatos sobre a Bahia de Todos os Santos. A primeira das passagens em questão está no texto de Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, e parece ter como única função a quantificação dos contingentes humanos disponíveis para defesa do recôncavo baiano de possíveis ameaças externas:

*[...] porque pode ser socorrida por mar e por terra de muita gente portuguesa até a quantia de dois mil homens, de entre os quais podem sair dez mil escravos de peleja, a saber: quatro mil pretos da Guiné, e seis mil índios da terra, mui bons flecheiros, que juntos com a gente da cidade, se fará mui arazoada exército.*<sup>41</sup>

A preocupação portuguesa com a defesa de suas possessões na América, no entanto, como se deduz do título deste lugar de menções, não diziam respeito somente às ameaças externas. As crescentes demandas sociais internas também exigiam dos reinóis alguma atenção. O próprio negro de Guiné começava a se tornar uma das fontes de preocupação. É o que parece querer alertar Frei Vicente do Salvador, pois, de acordo com o jesuíta, era muito conveniente que o governador, na época, Diogo Botelho, zelasse pela conversão do gentio, assistindo-os religiosamente. Desse modo, não somente ajudava a causa evangélica ser um sucesso, como também a própria empreitada colonizadora da América lusitana. Daí então a utilidade de se manter o índio a par dos mistérios da fé e pacificados; índios que inclusive seriam muito úteis no combate contra os inimigos da Coroa, “*principalmente contra os negros de Guiné, escravos dos portugueses, que cada dia se lhes rebelam e andam salteando pelos caminhos e se o não fazem pior é com medo dos ditos índios*”<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> NÓBREGA, Cartas, p. 101.

<sup>39</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 307.

<sup>40</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 6. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1975, p. 82.

<sup>41</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 140-141.

<sup>42</sup> SALVADOR, *História do Brasil*, p. 285.

A propósito dessa ameaça negra (fugas e organizações quilombolas), é ainda Frei Vicente quem fornece mais um relato bastante significativo para o estudo da questão a respeito do negro; questão, aliás, que somente tempos mais tarde, se consolidaria nos escritos coloniais. A passagem narra os primeiros conflitos entre a burocracia administrativa metropolitana e as formações quilombolas que começavam a surgir:

*[...] informado o governador que um mocambo ou magote de negros de Guiné fugidos que estavam nos palmares do rio Itapucuru, quatro léguas do rio Real para cá, mandou lhes que fossem de caminho dar neles, e os apanhassem às mãos, como fizeram, que não foi pequeno bem tirar dali aquela ladroeira e colheita que ia em grande crescimento.*<sup>43</sup>

Os dois trechos seguintes, ainda na perspectiva da defesa da colônia, também retirados do texto de Frei Vicente do Salvador, relatam as agruras portuguesas na defesa de suas possessões na América, dessa vez, contra as investidas holandesas. O primeiro descreve um ataque a um forte holandês na região do amazonas:

*[...] foi Deus servido de dar aos nossos vitória com morte de duzentos contrários, fora trinta que tomaram vivos em duas canoas, dos quais se soube haver seis ou sete quando eram amigos e compadres dos holandeses por dádivas que deles recebiam que vinham navios de Holanda, mas que em aquela ocasião nenhum estava no porto, [forte] nem havia na fortaleza mais de trinta soldados e alguns escravos de Guiné com quem lavravam tabaco.*<sup>44</sup>

O segundo relato, aludindo aos holandeses na Bahia, discorre sobre as instruções que um bispo favorável a Portugal repassou aos soldados lusitanos como forma de irrem minando o poderio holandês na capitania:

*[...] ordenou o bispo que andassem ao redor dela pelos matos algumas companhias porque, quando alguns holandeses saíssem fora como costumavam, ou os negros de Guiné que com eles se haviam metido, a buscar frutas e mantimentos pelos pomares e roças circunvizinhas, os prendessem.*<sup>45</sup>

Ainda na perspectiva da defesa externa, é Gabriel Soares, ao descrever o potencial de contingente humano da vila de Olinda em Pernambuco, quem contribui com outro fragmento onde aparece o negro: “*esta gente pode trazer de suas fazendas quatro ou cinco mil escravos da Guiné e muitos do gentio da terra*”<sup>46</sup>.

Até aqui, temos mostrado o aparecimento do homem negro nos eixos de menções. No entanto, algumas aparições não são possíveis de se ordenar nessa

---

<sup>43</sup> SALVADOR, *História do Brasil*, p. 288.

<sup>44</sup> SALVADOR, *História do Brasil*, p. 356.

<sup>45</sup> SALVADOR, *História do Brasil*, p. 367.

<sup>46</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 58.

sistematização. Assim, as passagens que se seguem mostram as menções ao negro em situações muito particulares e únicas. Mesmo assim, entendemos ser útil analisá-las. A primeira desse gênero está nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, nomeadamente no relato de um ocorrido na capitania de Pernambuco. Trata-se, nos dizeres de Ambrósio Fernandes Brandão, de uma transação de compra e venda de peças de escravos de modo pouco lícito.

*[...] vi na capitania de Pernambuco a certo mercador fazer um negocio, posto que o modo delle não approvo, pelo ter por illicito, o qual foi comprar pera pagar de presente uma partida de peças de escravos de Guiné por quantidade de dinheiro e logo no mesmo instante, sem lhe entrarem os taes escravos em poder, os tornou a vender a um lavrador fiados por certo tempo que não chegava a um anno, com mais de 85 por cento de avanço.*<sup>47</sup>

O fragmento seguinte, também extraído do texto de Brandão, mostra a convicção que tinham os moradores do Brasil, tanto os senhores de engenhos, quanto os lavradores de canas, da necessidade de se possuir escravos na sua empresa açucareira. Diz o letrado: “*assim uns como os outros, fazem suas lavouras e granjearias com escravos de Guiné, que pera esse effeito compram por subido preço*”<sup>48</sup>.

O próprio Ambrósio Brandão, na condição de senhor de engenho, compartilhava da opinião de que possuir cativos negros era algo necessário e natural; daí discorrer muito naturalmente sobre a posse desses, ao falar das atividades desenvolvidas pelos portugueses na América: “*os que não são mercadores, [...] se ocupam em grangear suas fazendas e fazer suas lavouras, com a sua boiada e escravos de Guiné e da terra*”<sup>49</sup>. No âmbito dos afazeres domésticos a situação não era muito diferente. O letrado ao comentar a quem competia a tarefa de abastecer, com pescado, a mesa do senhor, não teve dúvidas: “*não é sinão escravo captivo do gentio da terra ou de Guiné*”<sup>50</sup>. Essa função, contudo, em alguns casos, poderia ser exercida por negros forros, que para isso recebiam pequeno prêmio. Ainda dentro do âmbito dos afazeres domésticos, vemos o negro surgir em lugares bem particulares, como, por exemplo, nas descrições da vida social das esposas dos senhores de engenho. O trecho em questão descreve o modo como se dava o deslocamento dessas senhoras nas visitas às amigas. Diz Brandão: “*[...] costumam de levar consigo, pera seu acompanhamento, além dos homens que levam de pé ou de cavalo, duas ou três escravas do gentio da Guiné ou da terra*”<sup>51</sup>.

Em outro fragmento, extraído do texto de outro senhor de engenho, Gabriel Soares, há uma descrição sobre uma armada que El-Rei mandou à Bahia em favor

---

<sup>47</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 154.

<sup>48</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 46.

<sup>49</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 271-272.

<sup>50</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 272.

<sup>51</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 273.

de Tomé de Sousa. Os negros de Guiné figuram aí entre as ofertas doadas pela rainha D. Catarina:

*[...] algumas donzelas de nobre geração, das que mandou criar e recolher em Lisboa no mosteiro das órfãs, as quais encomendou muito ao governador por suas cartas, para que as casasse com pessoas principais daquele tempo; a quem mandava dar em dote de casamento os ofícios do governo da fazenda e justiça, com o que a cidade se foi enobrecendo, e com os escravos de Guiné, vacas e éguas que Sua Alteza mandou a esta nova cidade.*<sup>52</sup>

Os quatro pequenos fragmentos seguintes são bem ilustrativos da mera constatação da presença do homem africano na vida da colônia. Todos foram extraídos de *Diálogos das grandezas do Brasil*. No primeiro deles, o letrado discorre sobre as propriedades terapêuticas e tóxicas de algumas plantas do Brasil: “há muitas árvores e plantas que a dão finíssimas, de que os negros de Guiné se aproveitam com matarem de ordinario muitos dos seus semelhantes com ella”<sup>53</sup>. O trecho seguinte foi retirado de uma descrição sobre a extração do pau-brasil na capitania de Pernambuco: “estes homens occupados neste exercicio, levam consigo pera a feitura do páo muitos escravos de Guiné e da terra”<sup>54</sup>.

Ao descrever a fauna brasileira, Ambrósio Brandão também dispensou algumas palavras a simples constatação da presença do negro no Brasil. A discussão em questão girava ao redor dos animais da América Portuguesa. Ao relatar as castas de cavalos, explica Brandão que, embora existam muitos desses por esses campos, há um, denominado neptunino, que “têm cruéis inimigos que perseguem com lhes tirarem a vida; os quaes são os escravos de Guiné, que os matam sem reparo, pera os haverem de comer”<sup>55</sup>. Ainda nas descrições da fauna do Brasil feita por Brandão, é interessante notar que não só de caçador posava o negro de Guiné; como bem asseverou o letrado: “acham nesta terra umas onças ou tigres muito listados, do tamanho de um bezerro, grandes perseguidores do gado doméstico, do qual costumam matar muito”<sup>56</sup>. Prossegue Brandão que em relação ao homem branco não ouviu “dizer nunca que matassem, mas os índios e negros da Guiné sim, quando se acham muito famintos”<sup>57</sup>.

O último exemplo a ser apontado aqui, ainda dentro das descrições da fauna brasileira, foi retirado do texto, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares. A passagem em questão discorre sobre uns monstros do litoral baiano que atacavam os pescadores:

---

<sup>52</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 130.

<sup>53</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 169.

<sup>54</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 160.

<sup>55</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 246.

<sup>56</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 262.

<sup>57</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 263.

*Os homens marinhos arrancam os pescadores de suas jangadas e metem nos debaixo da água, onde os afogam; os quais saem à terra com a maré vazia afogados e mordidos na boca, narizes e na sua natura [...] o que também aconteceu a alguns negros de Guiné; os quais fantasmas ou homens marinhos mataram por vêzes cinco índios meus.<sup>58</sup>*

No quinto dos lugares de menções, denominado de *as doenças do Brasil*, o negro de Guiné foi citado três vezes. Na primeira delas, extraída do texto de Ambrósio Brandão, a discussão se desenrolava em torno das principais doenças que molestavam a América Portuguesa, bem como de suas origens:

*[...] estas doenças, principalmente as bexigas, são estrangeiras, que se lhes costumam communicar, vinda do reino de Congo e Arda pelos negros que de lá se trazem com fazerem grandissima matança, assim no gentio natural da terra como no de Guiné, e no ano de 616 e 617 ficarão muitos homens neste Estado do Brasil de ricos pobres pela grande mortalidade que tiveram de escravos. E graça é que este mal das bexigas não se comunica senão ao gentio natural da terra, e no de Guiné, e nas pessoas que são filhos de brancos, e do gentio a que chamam mamelucos, e ainda a todos aquelles nascidos na propria terra.<sup>59</sup>*

No entanto, em virtude do bom temperamento da terra<sup>60</sup>, para utilizarmos as palavras contidas no próprio *Diálogos das grandezas*, na maior parte das vezes os postemas e chagas se curam com uma razoável rapidez. Brandão, com intuito de dar mais veracidade a suas informações, relata um caso ocorrido na sua própria fazenda:

*Um negro de Guiné, meu escravo, chamado Gonçalo, se lhe cerraram de todo as vias ordinarias que temos para fazer camara e urinas, e se lhe abriu pelo umbigo um buraco, por onde por muitos dias fez semelhante exercicio, o qual se lhe tornou tambem a cerrar de per si com se lhe abrir outro igual buraco na ilharga direita, pelo qual obrou também suas necessidades mais de seis mezes, ao cabo dos quaes, sem nenhuma cura, nem medicamento, tornou a sarar, abrindo-se-lhe de novo as vias ordinarias, pela quaes foi purgando, como de antes, com ter perfeita saúde e viver muitos dias.<sup>61</sup>*

O último dos relatos, a respeito do clima e temperamento da América Portuguesa, relacionado com a saúde dos negros de Guiné, de que nos ocuparemos, foi escrito pelo franciscano Frei Vicente do Salvador. A discussão inicial de Salvador, no entanto, não se referia diretamente às doenças que atacavam o homem africano, nem o gentio da terra, mas às possibilidades de o homem, enquanto espécie, habitar

---

<sup>58</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 277.

<sup>59</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 119.

<sup>60</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 120.

<sup>61</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 121.

as chamadas áreas tórridas. A conclusão do franciscano sobre as doenças repete, quase com as mesmas palavras, a de Brandão:

*[...] a experiência tem já mostrado que a zona tórrida é habitável, e que em algumas partes dela vivem os homens com mais saúde que em toda a zona temperada, principalmente no Brasil, onde nunca há peste nem outras enfermidades comuas, senão bexigas de tempos em tempos, de que adoecem os negros e os naturais da terra.*<sup>62</sup>

Um outro lugar de menções com mais referências ao negro, é o *em torno da alimentação*. Contabilizamos, no total, sete citações. Três delas, as que se seguem, estão no *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares. A primeira é sobre um tubérculo muito utilizado na ração dos moradores do Brasil, especialmente dos negros:

*Da ilha de Cabo Verde e da de São Tomé foram à Bahia inhames que se plantaram na terra logo, onde se deram de maneira que pasmam os negros de Guiné, que são os que usam mais dêle; e colhem inhames que não pode um negro fazer mais que tomar um às costas.*<sup>63</sup>

Os dois trechos seguintes são sobre uma espécie de milho com ocorrência em todo o Brasil, denominado pelos índios *ubatim*: “*milho de Guiné, que em Portugal chamam zaburro*”<sup>64</sup>. A propósito de sua utilidade disse o letrado: “*plantam os portugueses êste milho para manutenção dos cavalos e criação das galinhas e cabras, ovelhas e porcos; e aos negros de Guiné o dão por fruta, os quais o não querem por mantimento, sendo o melhor de sua terra*”<sup>65</sup>.

Acerca das espécies de bananas existentes na América Portuguesa, assevera Sousa: “*há outra casta que os índios chamam pacobamirim, que quer dizer pacoba pequena, que são do comprimento de um dedo, mas mais grossas; essas são tão doces como tâmaras, em tudo mui excelentes*”<sup>66</sup>. Sobre quem mais as tinham em boa conta como alimentação, disse o letrado: “*os negros da Guiné são mais afeiçoados a estas bananas que às pacobas, e delas usam nas suas roças*”<sup>67</sup>.

Nem tudo na América Portuguesa, no entanto, em relação à alimentação, eram “*tão doces como tâmaras, em tudo mui excelentes*”. Disse Brandão que “*os mantimentos, de que se sustentam os moradores do Brasil, brancos, Índios e escravos de Guiné, são diversos, uns sumamente bons, e outros não tanto*”<sup>68</sup>. Na base alimentar dos moradores do Brasil, por ordem de importância, estava: a mandioca, o arroz e o milho. O último desses alimentos interessa-nos em particularmente,

---

<sup>62</sup> SALVADOR, *História do Brasil*, p. 61.

<sup>63</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 169.

<sup>64</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 182.

<sup>65</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 182.

<sup>66</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 189.

<sup>67</sup> SOUSA, *Tratado...*, p. 189.

<sup>68</sup> BRANDÃO, 1943, p. 187.

pois, ainda de acordo com Brandão, “é mantimento mui proveitoso pera sustentação dos escravos de Guiné e Índios, porque se come assado e cozido e também em bolos, os quaes são muito gostosos”<sup>69</sup>.

O Aquês, uma espécie de coco, era um outro mantimento comum na dieta alimentar dos habitantes do Brasil, com qual se “sustenta grande parte do gentio da terra e dos negros de Guiné”<sup>70</sup>. Haveria, ainda, que mencionar os caranguejos, outro alimento da terra, que se tornaram o verdadeiro “sustento dos pobres, que vivem nella e dos índios, naturaes e escravos de Guiné”<sup>71</sup>, como também a cana-de-açúcar, da qual se extrai um vinho “que pera o gentio da terra e escravos de Guiné é maravilhoso”<sup>72</sup>.

Nas referências às potencialidades (grandezas) do Brasil, o sétimo e último dos nossos lugares de menções é, provavelmente, o mais fecundo para se detectar a presença do elemento africano. Iniciemos pelo relato do padre Antônio Pires em carta, enviada de Pernambuco, aos irmãos de Ordem em Coimbra, datada de junho de 1552:

*Há nesta Capitania grande escravaria asi de Guiné como da terra. Tem huma Confraria do Rosairo. Digo-lhe missa todos os domingos e festas. Andão tam bem ordenados que hé para louvar a Deus Nosso Senhor. Muytas vantagem fazem os da terra aos de Guiné. Fiz procissão com elles todos os domingos de Quaresma, e entre homens e molheres serão perto de mil almas, afora muytos que ficão nas fazendas, não entrando nella os brancos porque mais à tarde fazião os brancos a sua.*<sup>73</sup>

O jesuíta Fernão Cardim, também aludindo à Capitania de Pernambuco, ponderou algo muito próximo às observações do seu irmão de Ordem, padre Antonio Pires, porém, não deixou de ressaltar que nem tudo era prosperidade: “a gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu: alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento”<sup>74</sup>.

As grandezas de Pernambuco mereceram algumas palavras do próprio José de Anchieta. Com o mesmo matiz das narrações anteriores, o jesuíta informa-nos a quanta andava a empresa açucareira da capitania e a variada população lá existente, escravos da Guiné inclusive. Segundo ele, na

*[...] Capitania de Pernambuco há muitas fazendas e alguns 60 ou mais engenhos de açúcar a três, quatro cinco e oito léguas por terra, cada*

---

<sup>69</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 192.

<sup>70</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 196.

<sup>71</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 245.

<sup>72</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 201.

<sup>73</sup> PIRES, Antônio. Carta aos irmãos da Ordem em Coimbra. In: LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos primeiros...*, Tomo I, p. 325.

<sup>74</sup> PIRES, Carta..., p. 334.



*um dos quais é uma boa povoação com muita gente branca, negros de Guiné e índios da terra.*<sup>75</sup>

As mesmas considerações feitas a respeito da Capitania de Pernambuco podem ser estendidas à província da Bahia de Todos os Santos. Aqui, todavia, as exposições ficam por conta do padre Fernão Cardim. Ao descrever os engenhos de açúcar do recôncavo baiano, assinala Cardim, a presença do negro no mesmo tom das passagens anteriores: “*em cada um delles, de ordinario há seis, oito e mais fogos de brancos, e ao menos sessenta escravos, que se requerem para o serviço ordinario; mais os mais delles têm cento, e duzentos escravos de Guiné e da terra*”<sup>76</sup>.

No texto *Informações do Brasil e de suas capitanias*, o negro de Guiné aparece “naturalmente” arrolado entre outras informações sobre a Capitania da Bahia e as atividades dos missionários. Tudo colocado no seu estabelecido lugar.

*Na Bahia, além da cidade, há nove freguesias e alguns 40 engenhos a 4, 8 e 12 léguas por mar e por terra, cheios de portugueses, índios da terra e negros de Guiné, a que os padres acodem com seus ministérios, porque, ainda que têm cura, não sabem a língua da terra nem se matam muito por acudir aos de Guiné, nem são para poder pregar aos portugueses.*<sup>77</sup>

De igual gênero é a descrição do padre Fernão Cardim sobre os contingentes humanos da cidade de Salvador de 1583: “*terá a cidade com seu termo passante de tres mil vizinhos portuguezes, oito mil indios cristãos, e tres ou quatro mil escravos de Guiné*”<sup>78</sup>.

Finalmente, vimos que o aparecimento do negro nos escritos produzidos entre 1551 e 1627 sempre vem em meio a outras menções e nunca diretamente como tema central. Talvez a única exceção seja uma discussão promovida por Ambrósio Fernandes Brandão em seu livro *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618. Tal discussão versa sobre a cor da pele dos de Guiné, e alonga-se por onze páginas e, à primeira vista, contraria a hipótese norteadora deste texto, mostrando que, durante os primeiros cem anos de colonização da América Portuguesa, os letrados não deram ao negro nenhum destaque especial, diferentemente do que iria ocorrer a partir da terceira década do século XVII<sup>79</sup>. A contradição deixa de existir após um exame mais atento da referida passagem. Brandão parece abordar o tema,

---

<sup>75</sup> ANCHIETA, José de. *Informações do Brasil e de suas capitanias* (1584). São Paulo: Obelisco, 1964, p. 33.

<sup>76</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 320.

<sup>77</sup> ANCHIETA, *Informações...*, p. 33.

<sup>78</sup> CARDIM, *Tratados...*, p. 288.

<sup>79</sup> Essa discussão é aprofundada em minha dissertação de Mestrado em História, intitulada “Para uma idéia de escravo negro na América Portuguesa: limites de Cultura e Opulência do Brasil como síntese explicativa de sua época”, defendida na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Franca).

preocupado tão somente se “*neste Brasil se há criado um novo Guiné*”<sup>80</sup>. Em outras palavras, o letrado parece intentar saber se a crescente presença do negro africano na América Portuguesa acabaria por criar um cenário semelhante ao de Guiné, isto é, da África negra; população predominantemente de pele escura. Desse modo, sua reflexão não supera a visão, que parece ter sido comum no seu tempo, do negro como somente mais um componente da paisagem (humana?) na América Portuguesa. Quando Ambrósio Brandão escreveu, em 1618, as contradições sociais em torno da escravidão negra, tomando por base os referidos escritos, ainda não havia se constituído em um problema digno de abordagem sistemática.

Assim sendo, se as observações de Ambrósio Fernandes Brandão acerca do cativo vindo compulsoriamente da África para a América Portuguesa não invalidaram nossa hipótese, esperamos ter demonstrado minimamente ao longo do texto que o elemento africano, aos olhos dos escritos coloniais selecionados, não ocasionou nenhuma reflexão diferenciada, a qual só viria a ocorrer num segundo momento, pelo menos uma década e meia depois de os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618.

#### RESUMO

Os esforços da maioria dos letrados da América Portuguesa, em especial dos clérigos, na árdua luta para “educar” os senhores de escravos no sentido destes dispensarem um tratamento mais “humanizado e cristão” aos de guiné são razoavelmente bem conhecidos. Esses esforços, todavia, não foram os mesmos em todo período colonial. Ao contrário, nos primeiros setenta ou oitenta anos da chamada ocupação efetiva dos portugueses na América (1551-1627), a maioria absoluta dos escritos abordando a questão do cativo do negro não supera a simples constatação da existência do homem africano neste lado do Atlântico. O presente artigo aborda esse tratamento “natural” dispensado ao escravo negro nos primeiros tempos de colonização portuguesa da América.

**Palavras-Chave:** Escravidão Negra; Letrados; Discurso.

#### ABSTRACT

The efforts of most of America Portuguese's erudite, especially the clergymen, in the arduous fight in “educating” slaves' holders to dispense a treatment more “humanized and Christian” for the black slave is reasonably very known. Those efforts, though, were not unanimity in every colonial period. In seventy or eighty years of occupation of the Portuguese in America (1551-1627) most absolute of the writings approaching the black slave subject without any special highlight. This article examine the “natural” treatment dispensed the black slave in the first times of Portuguese colonization of America.

**Keywords:** Slavery; Learned; Speech.

---

<sup>80</sup> BRANDÃO, *Diálogos...*, p. 99.